



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

20 de novembro 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Sua Vida	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> Ambiente Escolar		<b>Página:</b> 37

# DIÁRIO CATARINENSE

## Compromisso JA debate o futuro da educação

**A**utoridades em educação, professores e alunos participaram ontem, em Florianópolis, do Compromisso JA para discutir como uma sociedade participativa pode melhorar o ambiente escolar. A segunda edição do projeto da RBS TV contou com a presença da gerente-executiva da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Lucia Ritzel, a diretora de educação básica da Secretaria Estadual de Educação (SED), Marilene Pacheco, o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), Carlos Luiz Vieira, e a diretora-executiva do Instituto Voluntários em Ação, Ana Maria do Vale Pereira.

Na plateia estiveram presentes o secretário de educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, o diretor, professores, pais e alunos do Instituto Estadual de Educação (IEE), estudantes de jornalismo da Faculdade Estácio de Sá, estudantes de pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrantes da ONG Asas (Padre Vilson Groh), pais e professores da Escola Pero Vaz de Caminha e a coordenadora da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho em Santa Catarina, Cheila Zortea.

### CASOS DE DEPREDÇÃO GANHAM EVIDÊNCIA

Ao longo do ano, o JA denunciou casos de depredação e vandalismo nos ambientes escolares. O Compromisso JA, agora, faz o caminho inverso: busca valorizar quem cuida do patrimônio da educação, resgata bons exemplos e incentiva a comunidade a colaborar para a manutenção das instituições de ensino.

- Educação é um compromisso de todos nós. Nosso trabalho é mobilizar a sociedade para olhar a educação como prioridade. O excelente número de alunos inscritos no Prêmio RBS de Educação mostra a vitalidade das escolas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aponta o interesse dos alunos e professores - afirmou Lucia Ritzel.

Nas próximas edições do Compromisso JA, o programa vai debater Segurança Pública, no dia 26 de novembro e Estrutura do Hospital Universitário, em 3 de dezembro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> R7	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> História da África		<b>Página:</b> Online



### **Formação e material didático são chave para boa abordagem da história dos negros nas escolas**

*Especialistas destacam que o empenho do professor na sala de aula faz a diferença*

Uma maneira eficaz de fazer as editoras abordarem a história da África e da cultura afro-brasileira de maneira estrutural nos livros didáticos é melhorar a produção e a distribuição de materiais específicos do MEC (Ministério da Educação) para a formação de professores sobre este tema.

Segundo Macaé, secretária da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC, o governo já viabilizou a tradução de oito edições de livros da coleção História Geral da África.

A coleção foi criada por mais de 350 especialistas de diversas áreas do conhecimento, sob a direção de um Comitê Científico Internacional formado por 39 intelectuais, sendo dois terços deles africanos.

O MEC também fez cadernos temáticos ensinando aos professores como usar a produção. No último ano, foram entregues os cadernos voltados para a educação infantil.

— Estamos produzindo os cadernos do ensino médio e vamos lançar, ainda este ano ou no ano que vem, o caderno para professores do ensino fundamental. Além disso, estamos trabalhando na tradução do nono livro da coleção História Geral da África, conta a secretária.

África e cultura negra aparecem com restrições nos livros didáticos

#### Formação

Para educadores, a persistência de problemas de abordagem — ou mesmo a falta dela — sobre a história da África e cultura afro-brasileiro nos livros didáticos e nas salas de aula tem relação com a formação e a informação quanto aos temas.

Marcelo d'Saete professor de artes visuais na Escola de Aplicação da USP (Universidade de São Paulo), localizada na zona oeste da capital paulista, conta que sua formação para a abordagem desses assuntos na escola veio por um interesse particular.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Mas além da iniciativa própria, é preciso pensar em novas grades curriculares nos cursos universitários. Não podemos continuar apenas ensinando uma versão única dos fatos e da história.

A percepção é confirmada nos apontamentos presentes no livro "Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnicorraciais na Escola na perspectiva da lei 10.639/03". O estudo foi lançado em 2012 e realizado por docentes e pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em parceria com o MEC e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Segundo a pesquisa, por vezes, as abordagens sobre a África nas salas de aula ficam restritas às iniciativas de professores autodeclarados negros e com licenciatura nas áreas de história e artes. Outras vezes, as temáticas indicadas pelas leis ficam restritas a atividades que têm tempo de duração e período específicos.

Aplicação da lei que valoriza cultura negra depende dos Estados e municípios, diz MEC

A diretora de uma escola pública da cidade de Colíder, no Mato Grosso, entrevistada pelos pesquisadores diz que sua formação acadêmica e seu reconhecimento como negra influenciam para a realização de atividades sobre a África e os negros em sua escola. A biblioteca da instituição tem um espaço razoável para estudo e conta com referências bibliográficas sobre a temática étnico-racial.

— Eu sou uma autodidata, eu não paro de trabalhar, então, quando eu comecei a estudar, a fazer muitos cursos na psicologia, na psicanálise, [na área] do comportamento humano, vi que o preconceito destrutura a pessoa, diminui a autoestima, diz a diretora.

O estudo mostra os resultados de uma pesquisa amostral feita entre os anos de 2009 e 2012 em 39 escolas públicas de todas as regiões do Brasil. Foram entrevistados cerca de 500 pessoas negras e brancas do meio escolar e educacional, entre docentes, gestores e estudantes.

### Formas de abordagem

Muitos professores trabalham os assuntos relacionados à África e aos negros de forma esporádica, dando mais enfoque nas semanas que antecedem o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, ou o 13 de maio, dia em que foi abolida a escravidão em 1888 e quando é celebrado o Dia Nacional de Luta contra o Racismo.

Porém, a pesquisa do MEC indica que as discriminações existentes nas escolas podem ser fator de motivação para a implantação de atividade que abordem os conteúdos durante o ano todo.

Foi o que fizeram os docentes da Escola de Aplicação da USP. Desde 2005, um grupo de professores da instituição se reúne semanalmente para organizar atividades para tratar dos temas previstos na lei 10.645 nas aulas. Marcelo faz parte do grupo e conta que as atividades do projeto envolvem diversas disciplinas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— As ações acontecem nas aulas regulares em diferentes épocas do ano, mas também mantemos atividades especiais na semana da África, em maio, e na semana da consciência negra, em novembro. Consideramos importante discutir esse tema em diferentes momentos do ano.

O professor e artista plástico avalia que as iniciativas geram resultados muito positivos entre os alunos.

— Em uma sequência didática específica sobre a visão dos alunos do 6º ano a respeito da África, por exemplo, foi possível notar que eles saem das aulas com uma visão diferente do continente, não apenas marcada pelos estereótipos de guerra e miséria, geralmente abordados na mídia.

### São Paulo

Segundo o secretário da Educação de São Paulo, Herman Voorwald, no Estado, a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica faz o acompanhamento da implantação da lei nas escolas, supervisionando as diretorias de ensino.

— Esse acompanhamento é feito por supervisores que atuam diretamente nas escolas com os professores coordenadores. Nós estamos trabalhando esse tema nas escolas. Ele está no nosso currículo do Estado e no material didático, faz parte das ações da Secretaria.

Ele também analisa que País tem uma história de mais de três séculos de escravidão como um marco que exige da área pública responsabilidade social. Para Voorwald, só assim será garantido que a história "que de fato ocorreu seja passada para as crianças, bem como conteúdos sobre o holocausto, por exemplo".

— Essas questões têm que estar todos os dias na pauta para que não voltem a acontecer, completa o secretário.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> R7	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> Valorização		<b>Página:</b> Online



### **Aplicação da lei que valoriza cultura negra depende dos Estados e municípios, diz MEC**

*Governo defende que o tema tem sido explorado no Enem e nos censos*

Em vigor há 11 anos, a lei que obriga que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio insiram em seus currículos o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira não teve um acompanhamento direto desde sua implantação. Não foram levantados, por exemplo, dados sobre quais e quantas são as redes de ensino que já implantaram a lei nas escolas.

**África e cultura negra aparecem com restrições nos livros didáticos**

Questionada sobre as formas de recolhimento de dados sobre a aplicação da lei nas redes, Macaré Evaristo, secretária da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC, afirma que a medida depende de ações dos municípios de dos Estados.

— Tem coisas que são muito específicas. Cada sistema de ensino tem que fazer o acompanhamento e monitoramento da sua rede e das suas instituições. Nós trabalhamos aqui numa perspectiva mais macro. Às vezes, pode-se exigir um tipo de registro e de monitoramento que é da competência dos sistemas de ensino e não do Ministério da Educação.

Em contrapartida, o MEC esclarece que Estados e municípios podem solicitar recursos ao governo federal para promover a implantação da lei. Além disso, o Ministério explica que disponibiliza materiais específicos para a formação de professores.

**Falta de metodologia**

Para a deputada Iara Bernardi (PT-SP), a boa implantação do conteúdo previsto nas leis nas escolas não depende exclusivamente da criação e da disponibilização de materiais didáticos sobre o tema.

Em maio de 2013, ela solicitou a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para discutir o caminhar da implantação das leis nas redes escolares do Brasil.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Na época, percebemos que o Ministério da Educação tinha apenas dados sobre atividades pontuais associadas à implantação da lei. Mas não havia informações sobre como isso ocorre de maneira geral e ampla nas escolas de ensino fundamental e médio do País.

A deputada conta que essas informações ainda não foram encaminhadas pelo MEC para a comissão da Câmara, apesar de, na ocasião da audiência, isso ter sido solicitado.

— Isso mostra que não é mais problema da existência ou não de material ou formação para a abordagem do tema. Falta metodologia de políticas públicas e sensibilização de fato das redes estaduais e municipais para a inserção dos conteúdos nas escolas — avalia Iara.

### Implementação e análise

Além dos questionamentos da Câmara, o estudo "Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnicorraciais na Escola na perspectiva da lei 10.639/03", pondera que “apesar das várias ações já desenvolvidas pelo MEC [Ministério da Educação] em prol da Lei, ainda não existe um registro oficial e sistematizado com dados de implementação da Lei no interior do próprio MEC”.

— O que existe são dados de execução e relatórios de avaliação de programas e ações realizadas—diz trecho da pesquisa lançada em 2012 e realizada por docentes e pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em parceria com o MEC e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Segundo Macaé, atualmente, o MEC levanta informações sobre a abordagem da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas por meio de questões específicas inseridas nos censos, tanto o escolar quanto o da educação superior.

A representante do MEC analisa que para o governo, os gestores devem demonstrar em suas respostas dos censos como tem sido a implantação da lei na instituição de ensino.

— No Censo da Educação Superior, temos uma pergunta que trata sobre a inclusão da lei 10.639 no currículo das universidades. No caso da implantação de novos cursos votados a professores, hoje só são aprovados aqueles que preveem disciplinas que tratam do tema.

A secretária conta que o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) também tem sido um mecanismo de acompanhamento da implantação da lei.

— Essas questões [sobre a história da África e a cultura afro-brasileira] têm reiteradamente sido incorporadas entre os itens da prova. Então a avaliação é um dos elementos por meio do qual a gente observa se os alunos brasileiros têm uma compreensão maior ou menos dessa temática por meio do que aprenderam nas escolas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> Federalização		<b>Página:</b> Online



### DEBATE ANALISA FEDERALIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO

**"Em tramitação no Senado, projeto visa convocar plebiscito para decidir sobre transferência da Educação Básica à União"**

Fonte: Jornal do Senado (DF)

A Comissão de Educação promove hoje audiência pública sobre a federalização da Educação básica. O debate, que faz parte do Projeto Jovem Senador, foi solicitado pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da comissão, e Paulo Paim (PT-RS).

O tema da audiência foi escolhido entre quatro sugestões feitas pela comissão aos Professores orientadores dos jovens que participam do programa. As outras três opções tratavam do currículo nacional único, do Ensino em tempo integral e da formação do Professor.

Em agosto, a comissão aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 460/2013, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que convoca um plebiscito para que o eleitor decida a respeito da transferência para a União da responsabilidade sobre a Educação básica.

À época, o relator da matéria na CE, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), lembrou que estados e municípios são responsáveis por cerca de 80% dos investimentos destinados à Educação, enquanto a União, que detém mais da metade do bolo da arrecadação de tributos, participa com apenas 20%.

Como consequência, disse Randolfe, há disparidades na infraestrutura Escolar pelo país, incapacidade de diversos governos estaduais e prefeituras para honrar o piso salarial dos Professores, lacunas na oferta de vagas em Creches e inexistência de um padrão nacional mínimo de qualidade, entre outros problemas.

O pedido de plebiscito está em análise na Comissão de -Assuntos Sociais (CAS) e aguarda relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A audiência pública começa às 9h na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa e tem como convidado o consultor legislativo do Senado Waldery Rodrigues Júnior.

A edição 2014 do Projeto Jovem Senador, que reúne estudantes de Escolas públicas de todo o país, teve início na segunda-feira e vai até depois de amanhã. Na ação, os estudantes vivenciam, no Senado, o processo de propor e debater projetos de leis.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> PNE	<b>Página:</b> Online	



### CONAE COBRARÁ CUMPRIMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**Colaboração financeira da União a estados e municípios está entre os temas a serem debatidos na conferência**

Fonte: Agência Brasil

Após adiamento, entidades buscarão, por meio da Conferência Nacional de Educação (Conae), que começa hoje (19) em Brasília, garantir o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). A etapa nacional reunirá cerca de 4 mil pessoas. O tema central dos debates é O Plano Nacional de Educação (PNE) na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração.

A Conae se estenderá até domingo (23). O documento-base a ser discutido teve origem em emendas apresentadas durante as conferências estaduais e distrital. Aprovadas, as emendas foram sistematizadas por uma comissão especial do Fórum Nacional de Educação. Participam educadores, pesquisadores, gestores públicos, parlamentares e representantes de organizações e entidades sociais ligadas à área, que debaterão o futuro da educação, da creche à pós-graduação.

Em fevereiro, data marcada inicialmente, a conferência serviria para pressionar o Legislativo pela aprovação do PNE. Com a lei aprovada, as disputas serão outras. “Uma série de questões que ficaram agendadas no PNE serão debatidas, como a regulamentação de diversos pontos do plano”, sintetiza o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

O plano, cuja lei foi sancionada em junho, contém 20 metas a serem cumpridas nos próximos dez anos. As metas, que abrangem do ensino básico ao ensino superior, tratam de questões como a ampliação de matrículas, a inclusão de pessoas com deficiência, melhorias na infraestrutura e a valorização dos professores e trabalhadores em educação. Entre elas está a destinação de 10% do Produto Interno Bruto para o setor.

Segundo Cara, será preciso estruturar a colaboração financeira da União a estados e municípios para assegurar o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), que corresponde ao valor suficiente para cumprir os padrões mínimos de qualidade do ensino básico.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além disso, até 2016 deverá ser criado o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE. “Isso será feito com uma lei, várias leis, em normas? É uma agenda grande de questões que precisam ser debatidas e às quais a Conae vai dar uma luz. Não determinará o processo, mas dará uma referência do que a sociedade quer”.

O presidente da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, destaca a importância da valorização dos professores e demais trabalhadores em educação, prevista em diversas metas do PNE, que tratam de formação inicial, continuada, da pós-graduação e do aumento salarial. “A gente considera que não existirá educação de qualidade se não tiver profissionais valorizados, profissionais com boa e sólida formação inicial, que tenham uma carreira com perspectiva, com promoção”, diz.

Segundo ele, são três os pilares que garantirão um salto na qualidade da educação brasileira: a valorização dos profissionais, o financiamento e a gestão democrática. “Com boas condições e boas estruturas, a sociedade poderá também cobrar um bom desempenho dos profissionais”.

Na educação básica, nos municípios, o vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Alessio Costa Lima, explica que o grande desafio colocado é a educação infantil. A educação deverá ser universalizada para os alunos de 4 e 5 anos até 2016 e, em dez anos, 50% daqueles com até 3 anos devem ser atendidos em creches.

“A educação infantil é muito importante. Embora se queira oferecer esse atendimento, os municípios não têm parque escolar adequado para a demanda”, diz, ressaltando a regulamentação do CAQi como fundamental nesse processo. “A nossa grande luta é buscar qualidade. E uma educação de qualidade pressupõe maiores investimentos, não se pode fazer isso melhorando apenas a gestão, o controle a qualificação dos gestores em todos os níveis”.

Não apenas o setor público estará presente, mas o setor privado. No ensino superior, as instituições particulares detêm mais de 70% das matrículas. “Existem metas no PNE a serem atingidas que a gente considera que, sem a presença maciça do ensino superior, não poderão ser cumpridas, daí a importância do setor privado”, diz a vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior Particular, Carmen Silva.

“Temos grande importância na formação de professores e até mesmo no ensino médio. Não podemos entender a educação com setores isolados, mas deve haver a integração entre níveis, natureza jurídica e modalidade de ensino”, complementa.

Participando pela primeira vez de uma conferência nacional - esta é a segunda -, a Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal (Aspa-DF) pretende levar também os



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

pais para a discussão do que se quer para a educação. “Nós, pais, estamos em débito com nossos alunos. Os pais reclamam e clamam por uma educação de qualidade. Reclamam na escola que filhos não têm aproveitamento, mas há pais que não acompanham os estudos dos filhos, não vão às escolas”, diz o presidente da Aspa-DF, Luís Claudio Megiorin. “Pais precisam ter interesse, precisam estar perto da escola. Precisamos e vamos lutar para que a gestão democrática saia do papel”, defende.

A primeira edição da Conae foi realizada de 28 de março a 1º de abril de 2010, também em Brasília. Naquela edição, os 2,5 mil delegados discutiram a criação do sistema nacional de educação, além de propor diretrizes e estratégias para a construção do PNE, que em dezembro daquele ano foi concluído e enviado ao Congresso Nacional. A próxima edição da Conae está prevista para 2018..



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> Influência		<b>Página:</b> Online



### **O PROFESSOR É O FATOR QUE MAIS INFLUENCIA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS**

**A família, a vizinhança e o esforço pessoal contam no resultado de cada aluno. Mas pesquisa mostra que um fator importa muito mais que os outros: o professor**

Fonte: Revista Época

As irmãs americanas Beatriz e Elizabeth Vergara, de 15 e 16 anos, passam por uma experiência inusitada para adolescentes que frequentam o ensino médio público. Com mais sete alunos, elas processam o Estado da Califórnia, onde moram e estudam, por oferecer uma educação ruim. O processo correu entre janeiro e junho. Mais surpreendente foi o argumento usado: segundo os advogados das meninas, o Estado da Califórnia fere a Constituição dos Estados Unidos, ao manter a estabilidade de emprego e outras leis de proteção ao professor, porque isso dificulta a demissão de educadores ruins.

A decisão do juiz Rolf True não tem precedentes. Ele concordou que a estabilidade de emprego mantém os maus professores em sala de aula. Na sentença, afirmou: “Os maus professores são determinantes para a educação das crianças. Além de chocar nossa consciência, isso viola o direito constitucional dos estudantes de ter oportunidade de uma educação básica de qualidade”. A causa das irmãs Vergara foi levada à Justiça pela ONG Students Matter (Estudantes Importam), de David Welch, um empresário do setor de fibras ópticas e ex-estudante de escola pública.

Apesar de a decisão ser de primeira instância e de não criar jurisprudência, True fez barulho, na Califórnia e nos EUA. Precisa fazer barulho também no Brasil. Acabamos de passar por campanhas eleitorais, para presidente e governadores, fraquíssimas em propostas de mudanças na educação. Por aqui, o debate se concentra quase exclusivamente em quanto investir. Pouco se discute como investir de forma a melhorar o nível do professor.

Os EUA passam por profundas reformas na educação, regionais e nacionais, há décadas. Uma das maiores lutas dos reformistas é pela qualidade dos educadores. Isso passa pela avaliação do trabalho do professor. É preciso dar a ele oportunidade para melhorar e, se for o caso, dispensá-lo – medidas controversas, que contrariam leis antigas, o senso comum e os poderosos sindicatos de professores. A interpretação da



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

lei feita pelo juiz True abalou as amarras dessas velhas regras. Desde junho, pelo menos mais três processos semelhantes ao das irmãs Vergara foram abertos em outros Estados americanos.

Reduzir a estabilidade de emprego dos professores é apenas uma das várias estratégias adotadas por países como EUA, Finlândia, Polônia e Chile. Todos já fizeram ou conduzem reformas educacionais, para chegar a um objetivo: melhorar a qualidade do professor e, dessa forma, melhorar o aprendizado do aluno.

Pode parecer óbvia, mas a ligação entre a qualidade do professor e o que se aprende em sala de aula só foi estudada e comprovada nos últimos anos. As pesquisas mais recentes mostram que não há fator mais importante para o sucesso do aluno na escola e na vida adulta. É mais decisivo que o tamanho das redes de ensino, em que região do mundo estão, as diferenças socioeconômicas entre os estudantes, os gastos com a educação de cada país, se a escola tem ou não computador, se a família ajuda na lição de casa. Por isso, para elevar o nível da educação, deve-se colocar o professor sob o microscópio. “Ninguém precisa reinventar a roda para melhorar a educação brasileira. Se a escola é o lugar onde alunos ganham conhecimento, então o professor é chave para um aprendizado de sucesso”, afirma João Batista de Oliveira, doutor em pesquisa educacional e autor do livro *Repensando a educação brasileira*.

>> A importância da participação dos pais na educação escolar

As pesquisas se preocuparam em medir a influência do professor entre crianças com o mesmo nível socioeconômico, na mesma escola e até na mesma série. Pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Stanford descobriram que, enquanto o estudante com professor fraco aprende metade ou menos do que deveria no ano, aquele que tem bons professores aprende o equivalente a um ano a mais, e o que tem professores considerados excelentes, um ano e meio a mais. A mais recente pesquisa sobre o assunto, da Universidade Harvard, analisou duas décadas de desempenho de alunos e professores. Chegou à conclusão de que os alunos de classes com melhores professores ganham, ao longo da vida adulta, US\$ 250 mil a mais.

Para além da academia, a vida real também mostra os efeitos positivos do bom professor. “O professor é o segredo das reformas bem-sucedidas de potências educacionais, como Finlândia, Polônia e Coreia”, afirma Amanda Ripley, autora do livro *As crianças mais inteligentes do mundo*. Ela viajou e acompanhou estudantes em cada um desses países para compreender o que fizeram. “São diferentes países, com diferentes culturas e tamanhos, com poucas coisas em comum. Uma delas é levar mais a sério a preparação dos professores para a sala de aula”, afirma.

Como tornar os professores melhores? Por onde começar? Há um consenso entre estudiosos e educadores: um bom começo é mudar a forma como recrutamos e formamos os futuros educadores. No Brasil, alunos do grupo dos melhores e mais brilhantes no ensino médio dificilmente seguem para o curso de pedagogia. A maioria dos jovens que prestam vestibular para esse curso está entre os 20% piores resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Os melhores seguirão carreiras mais atraentes, como medicina e engenharia”, afirma Barbara Bruns, economista que chefiava



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

os estudos de educação do Banco Mundial para a América Latina. Em novembro, será publicado no Brasil um livro com os resultados de uma ampla pesquisa liderada por ela, sobre a qualidade dos professores da região. Ela afirma que, na Universidade de São Paulo (USP), onde os ingressantes estão entre os melhores alunos do Brasil, pedagogia é o único curso que aceita candidatos com pontuação inferior à metade da prova do vestibular. Cerca de 90% dos professores do Brasil se formam em faculdades de baixa qualidade.

Todos os países que investiram para tornar a carreira mais atraente também tinham estratégias para melhorar a qualidade de quem já estava no sistema. No caso do Brasil, são 2 milhões de professores da educação básica. Um caminho comum é fazer uma avaliação periódica do professor, descobrir suas falhas e ajudá-lo a melhorar. A avaliação de professores, com a redução da estabilidade de emprego, enfrenta resistências, especialmente se o propósito for premiar os melhores. Os defensores da meritocracia afirmam que tratar professores bons e ruins da mesma forma espanta os jovens talentosos e desprestigia a carreira. Quem é contra menciona programas de bonificação sem efeito nenhum no resultado do aprendizado, como em alguns Estados americanos. “Sou contra avaliar professor para premiar os melhores”, diz Maria Izabel de Noronha, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, o maior da América Latina. “Para valorizar a carreira docente e avançar na qualidade do ensino, é preciso pagar salários maiores e melhorar as condições de trabalho do professor.”

As discordâncias são muitas, mas é possível chegar a um acordo. Isso ocorreu no Chile, país latino-americano mais bem colocado nas avaliações internacionais de educação. Em 2003, os chilenos adotaram a avaliação de professores. Seus critérios foram elaborados em conjunto pelo Ministério da Educação, pelo sindicato dos professores, pelos administradores municipais e por técnicos da área. Ficou definido ali como o professor deve organizar uma aula e como deve elaborar uma prova para avaliar o aprendizado. A prova para os professores se tornou obrigatória. Eles são avaliados por pares e suas aulas são filmadas por observadores externos. “Avaliamos se ele tem domínio do conteúdo e da turma, como ele interage com os alunos, como organiza a aula”, diz Sergio Martinic, pesquisador da Universidade Católica do Chile. Se, após cinco avaliações, o professor ainda tiver desempenho insuficiente, é demitido. Ao mesmo tempo, os cursos de pedagogia chilenos modernizaram o currículo. Orientam-se mais para práticas em sala de aula que para disciplinas teóricas. O governo passou a financiar os estudos dos candidatos que tirarem mais de 60% da nota do vestibular.

Mexer na formação e na carreira dos professores envolve tomar medidas impopulares e esperar resultados no longo prazo. Mas não é impossível. A Finlândia começou fechando todas as faculdades de pedagogia. A Coreia leva a meritocracia a extremos e paga salários milionários aos professores-astro. É preciso ir além das políticas de inclusão na escola e estabelecer um debate sobre qualidade de ensino e dos professores. Falta só começar.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/11/2014
<b>Assunto:</b> Currículo		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: A FALÁCIA DO CURRÍCULO ENXUTO

**"Tirar filosofia e sociologia do currículo do Ensino Médio para 'torná-lo mais atrativo' afastará ainda mais os jovens da cultura em sua plenitude", afirma Paulo Ghiraldelli**

Fonte: Folha de S.Paulo (SP)

A reforma do currículo do ensino médio anunciada por Dilma Rousseff causou apreensão. A presidente deixou nas entrelinhas, em entrevista na TV, a ideia de retirar do currículo a sociologia e a filosofia.

Quem está no trabalho com o ensino e a pesquisa sabe o bem que essas disciplinas trazem aos jovens. Os resultados podem ser mensurados, principalmente, pelo mercado de livros. A procura por obras clássicas pelos jovens aumentou. Há indicadores que mostram que devemos esse feito a essas disciplinas entre aqueles que, em seguida, chegam às universidades.

Em um país como o Brasil, esses resultados não indicam pouca coisa. Mas, e quanto ao resto do que a presidente disse? É possível enxugar o currículo do ensino médio para "torná-lo mais atrativo"?

Antes de qualquer coisa: a escola tem de ser atrativa pelo que oferece, e não pelo que não oferece! Deixar conteúdos já consagrados de fora torna a escola atrativa só para quem não quer estudar.

Não é o currículo enxuto o fator de atração de alunos para a escola básica e, muito menos, é ele que determina que os estudantes nela permaneçam. Não há pesquisa séria que mostre isso. Ao contrário, todas as pesquisas indicam que, se deixamos de lado fatores externos (renda familiar, tempo livre etc.), é a força intelectual e moral do professor que pesa na decisão do estudante em continuar na escola.

Os professores recebem algo em torno de R\$ 9 por hora-aula no Brasil. É um número diminuto perto do que vale a hora de trabalho no Brasil fora do magistério, para qualquer profissão que requisita o mesmo tempo de estudo universitário.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Não é possível manter na escola os melhores mestres com esse tipo de remuneração e, se a escola pública paga mal, não estimula a particular a pagar melhor. Resultado: hoje no Brasil não há classe social que possa ver seus filhos em contato com bons mestres.

O valor da hora-aula é o determinante principal na escola brasileira. Tudo já foi tentado para melhorar essa instituição e não deu certo. Só isso ainda não foi modificado.

Metade da população não consome a cultura mais elaborada. O contato do brasileiro com a cultura letrada ainda depende demais da escola --trata-se de uma regra que também vale para a classe média tradicional.

Teatro, cinema, biblioteca e museu são visitados por estudantes enquanto estudantes. Fora da escola, até música ao vivo de qualidade é deixada de lado. As feiras do livro não são mais eventos para o leigo culto. Uma grade curricular enxuta deixará os jovens fora da cultura em sua plenitude.

A presidente Dilma escorregou. Deveria reestruturar melhor seu pensamento e sua fala.

A maior parte dos políticos brasileiros, até os que se dizem envolvidos com projetos educacionais, tendem a negligenciar a formação no âmbito do ensino médio. Desqualificam-no ao insistirem que ele deve ser "técnico". Trata-se de um nível escolar importante e que deve ser democratizado sem que tenhamos que vê-lo pior do que já está.